

“Negra putinha de quinta categoria”: pensando sobre racismo algorítmico no *camming*

Núbia Ramalho¹

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Este artigo investiga os impactos do racismo algorítmico e estrutural no *camming* brasileiro, com base em pesquisa etnográfica que analisou interações em plataformas e grupos de WhatsApp, revelando de que modo a violência racial se manifesta nesse ambiente. Ancorado em teorias sobre trabalho emocional, trabalho sexual e racismo algorítmico, o artigo destaca a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, mostrando como essas categorias se entrelaçam para produzir desigualdades específicas no mercado do sexo online. Conclui-se pela urgência de políticas antirracistas nas plataformas digitais.

Palavras-chave: *camming*; racismo; trabalho sexual online; racismo algorítmico.

RAMALHO, Núbia. “Negra putinha de quinta categoria” : pensando sobre racismo algorítmico no *camming*. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (29): 243-256, maio a agosto de 2025. ISSN: 2358-5587

¹ Mestra em Antropologia Social pela Unicamp, Historiadora e professora especialista em História e Cultura Afrobrasileira.

“Low-grade Black whore”: reflections on algorithmic racism in camming

Abstract: This paper investigates the implications of algorithmic and structural racism within the Brazilian camming industry. Drawing on ethnographic research that analysed interactions on camming platforms and WhatsApp groups, the study reveals how racial violence manifests in this digital environment. Anchored in theories of emotional labour, sex work, and algorithmic racism, the article highlights the intersection of race, gender, and class, demonstrating how these categories intertwine to produce specific inequalities in the online sex market. It concludes by underscoring the urgent need for anti-racist policies on digital platforms.

Keywords: camming; racism; online sex work; algorithmic racism.

“Negrita puta de quinta categoria”: reflexiones sobre racismo algorítmico en el camming

Resumen: Este artículo investiga las implicaciones del racismo algorítmico y estructural en el camming brasileño. A partir de una investigación etnográfica que analizó interacciones en plataformas de camming y grupos de WhatsApp, el estudio revela cómo se manifiesta la violencia racial en este entorno digital. Fundamentado en teorías sobre el trabajo emocional, el trabajo sexual y el racismo algorítmico, el artículo subraya la interseccionalidad de raza, género y clase, demostrando cómo estas categorías se entrelazan para producir desigualdades específicas en el mercado sexual en línea. Se concluye subrayando la urgente necesidad de políticas antirracistas en las plataformas digitales.

Palabras clave: camming; racismo; trabajo sexual en línea; racismo algorítmico.

Diante das câmeras, corpos se expõem; atrás das telas, centenas de olhares desejantes os consomem ou rejeitam, pagam ou ignoram. Essa dinâmica constitui o *camming*, modalidade de trabalho sexual online que envolve práticas de exibicionismo virtual (erótico ou não), surgida nos Estados Unidos nos anos 1990 e que, desde então, expandiu-se globalmente como alternativa de geração de renda e expressão subjetiva para milhares de mulheres ao redor do mundo.

Mas e quando esse corpo que se exhibe é um corpo negro atravessado por séculos de estigmatização e hipersexualização? Este trabalho nasce do incômodo de habitar essa pele, do gesto de transformar uma prática marginalizada em campo de investigação antropológica. O que se vê e o que se nega a ver quando uma *camgirl* negra entra em cena? O que acontece quando o algoritmo decide quem será visto? Quando observado sob a perspectiva de mulheres negras brasileiras, esse mercado desnuda as engrenagens sutis e explícitas do racismo algorítmico, das hierarquias coloniais do olhar e das assimetrias de visibilidade e reconhecimento. Trata-se de um campo tenso, onde se entrecruzam tecnologias digitais, afetos comercializáveis, estigmas persistentes e estruturas de exclusão. Desse modo, o presente trabalho pretende investigar como a lógica algorítmica das plataformas, aliada aos estereótipos raciais herdados da colonialidade, molda as possibilidades de afeto, lucro e existência no *camming*.

A partir de uma etnografia encarnada, busca-se construir uma análise crítica que não apenas denuncia as formas de exclusão, mas também ilumina as estratégias forjadas por essas trabalhadoras para (re)existir em um mercado que constantemente tenta apagá-las. Para trabalhar com a ideia de etnografia encarnada evoco o conceito de “etnografia carnal” de Loïc Wacquant (2002), enfatizando a necessidade de refletir sobre posicionalidade e reflexividade. Assim como Wacquant, que viveu intensamente a rotina de uma academia de boxe em Chicago, também me envolvi de forma direta e sensorial no campo. Contudo, enquanto ele era lido pelos interlocutores como um intelectual francês deslocado no universo do boxe, minha experiência foi marcada por outras camadas de interpretação. Ser uma *mulher negra e brasileira* dentro de plataformas globais de *camming* significou ocupar simultaneamente o lugar de pesquisadora e de corpo hipersexualizado, já previamente marcado por estereótipos raciais e geopolíticos.

Essa tensão emergia em situações cotidianas. Em um dos sites investigados, utilizei o recurso de exibir uma legenda sobre a câmera para informar: “*in ethnographic immersion*”. Era uma forma de explicitar aos interlocutores que minha presença se dava como antropóloga em campo. Mesmo assim, não foram poucas as vezes em que homens brancos do Norte Global reagiram com descrédito, ironizando se aquilo não passava de uma invenção ou de um jogo. O meu corpo, lido socialmente como o corpo de uma *camgirl* negra e brasileira (lembrando que brasileira é uma categoria popular dentro da pornografia), parecia falar mais alto do que minhas credenciais acadêmicas. Ao contrário de Wacquant, cuja identidade

de pesquisador permanecia reconhecível, a minha se tornava invisível diante dos estigmas entrelaçados de *raça, gênero e trabalho sexual*.

Esse deslocamento não é uma experiência individual isolada. Pesquisadoras como Natalie Hammond e Sarah Kingston (2014) apontam que investigar o trabalho sexual significa lidar não apenas com o estigma atribuído às trabalhadoras, mas também com aquele direcionado às próprias pesquisadoras. O campo, portanto, extrapola seus limites virtuais e impacta diretamente as trajetórias profissionais e pessoais de quem se dedica a estudá-lo.

Minha inserção foi, portanto, prática e sensorial. Para compreender o universo do *camming*, não me limitei à observação: incorporei a estética e a rotina de uma *camgirl*. Perucas, unhas postiças, iluminação colorida e até cursos voltados a modelos passaram a compor meu cotidiano de pesquisa (Ramalho, 2025). No total, contabilizo cerca de 3.000 horas de transmissões, distribuídas entre plataformas nacionais e estrangeiras. Durante esse período, escolhi não expor meu rosto nem outros elementos que permitissem minha identificação direta, medida necessária para reduzir os riscos de *capping* (gravações não autorizadas de transmissões) e *doxing* (exposição de dados pessoais). Essas precauções não diminuíram a intensidade da experiência, mas revelaram, de forma visceral, os afetos, tensões e vulnerabilidades do “estar lá”. Assim, a etnografia que desenvolvi é *digital e encarnada*: atravessa a tela, mas também pulsa na carne, no suor e nos limites impostos ao corpo da pesquisadora. É uma etnografia marcada por raça, gênero e território, elementos que não apenas informam o campo, mas o constituem.

A metodologia combina análise etnográfica de interações em grupos online de *cammodels* com a revisão crítica das políticas das plataformas, oferecendo um retrato denso das dinâmicas de poder que moldam esse mercado. Inspirada na “participação observante” (Wacquant, 2002), realizei incursões (Ramalho, 2025) em sites de *camming* e grupos de *WhatsApp* formados por *camgirls*. A etnografia digital, inspirada nas contribuições de Christine Hine (2000, 2015), Daniel Miller e Don Slater (2000) e Miller e Heather Horst (2012), fundamentou a realização desta pesquisa, investigando as interações e as formas de sociabilidade que emergem no espaço online. Nos seus estudos, Christine Hine entende a Internet como um artefato cultural, um espaço de convivência em que sujeitos constroem experiências e práticas sociais mediadas pela tecnologia. De modo semelhante, a pesquisa pioneira de Miller e Slater (2000) em Trinidad demonstrou como a Internet se insere na vida cotidiana, ao mesmo tempo em que é moldada e molda os contextos culturais locais. Segundo Hine (2015), compreender como a Internet é vivida em diferentes situações constitui um desafio importante para a etnografia. Esse processo exige não apenas observar e interpretar a forma como o pesquisador percebe a experiência, mas também articular essa percepção com as interpretações e vivências dos próprios participantes envolvidos.

No contexto brasileiro, entretanto, persiste certa resistência institucional. Como destaca Gonçalves (2020), muitos programas de Antropologia ainda demonstram desconfiança em relação à etnografia digital, como se o fato de o campo se desenvolver em ambientes virtuais implicasse uma falta de autenticidade, por não estar ancorado no espaço físico considerado “real”. Apesar dessas críticas, a etnografia digital propõe um deslocamento importante: ela questiona a noção tradicional de autoridade etnográfica. Mais do que uma mudança geográfica, o que legitima a pesquisa é a própria *experiência antropológica vivida* no campo. Como observa Parreiras (2024), ferramentas como o *WhatsApp* reforçam a sensação de uma conectividade permanente, dificultando a separação entre o tempo

da pesquisa e os momentos que escapam a esse contexto. Ou seja, a validade do trabalho não reside apenas no deslocamento espacial da etnógrafa, mas na intensidade do engajamento e na forma como ela se deixa afetar pelo ambiente e pelas interações que nele acontecem.

Fundamentado em referenciais teóricos como Ruha Benjamin (2020) que demonstra como tecnologias digitais reproduzem e amplificam desigualdades raciais e Mireille Miller-Young (2010) cujo trabalho desvenda as economias raciais do desejo na indústria do sexo, este artigo busca contribuir para um debate urgente: a naturalização do racismo em ambientes digitais de trabalho e suas consequências materiais e simbólicas para mulheres negras.

No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades e por um racismo estrutural que se reconfigura nos ambientes digitais, plataformas como o Câmera Privê tornam-se arenas em que as tensões raciais não se limitam a ser refletidas, mas são intensificadas por mecanismos algorítmicos. Este artigo examina como o racismo se manifesta nesses ambientes, partindo do caso etnográfico que intitula o estudo. O incidente, assim como a subsequente inação da plataforma diante da denúncia, constituem mais do que um episódio isolado: revelam um padrão de violência racial não apenas tolerada, mas potencializada pela arquitetura desses espaços digitais, como se observará nos demais relatos etnográficos apresentados adiante.

A análise aqui proposta articula-se em três eixos principais. Primeiro, investiga como os algoritmos das plataformas que são altamente eficazes em punir supostas violações financeiras por parte das trabalhadoras, falham em protegê-las de ataques racistas, evidenciando uma priorização do lucro sobre o bem-estar das profissionais. Segundo, explora o sistema de *tags*, que, sob a aparência de ferramenta de organização, reforça estereótipos raciais e marginaliza corpos negros, reduzindo sua visibilidade e acesso a clientes. Por fim, discute as estratégias adotadas pelas trabalhadoras para navegar nessas estruturas excludentes, desde a performatização de uma “branquitude virtual” até a criação de redes de apoio informais em grupos de *WhatsApp*. Ao tensionar as promessas de emancipação do trabalho sexual platformizado com as realidades do racismo algorítmico, este estudo não apenas expõe falhas sistêmicas, mas também aponta caminhos para uma reestruturação ética desses espaços, questão que se torna ainda mais premente em um país de maioria negra. Longe de ser um problema restrito ao ambiente digital, o racismo no *camming* revela-se, assim, um espelho das assimetrias que continuam a definir a sociedade brasileira no século XXI.

Algoritmos e a reprodução do racismo

O título deste trabalho, “Negra putinha de quinta categoria”, reproduz literalmente a injúria racial proferida por um usuário contra Joana, jovem profissional negra do *camming*, após ela recusar-se a atender gratuitamente sua solicitação de se despir (“Pode sair do meu chat, por favor?”). Este caso, longe de constituir um incidente isolado, revela-se paradigmático para compreender como o racismo se manifesta e é perpetuado nas plataformas digitais de trabalho sexual. A captura de tela compartilhada por Joana em um grupo de *WhatsApp* composto por *cammodels* espaço que acompanhei sistematicamente durante minha pesquisa de campo desencadeou imediata mobilização coletiva, com as profissionais não apenas exigindo o banimento do agressor, mas também discutindo estratégias para

responsabilizá-lo criminalmente, demonstrando assim um agudo reconhecimento comunitário da natureza particularmente degradante da violência racial no ambiente digital.

A resposta institucional da plataforma, contudo, limitou-se a duas mensagens automáticas genéricas (“Agradecemos por entrar em contato [...] tomaremos as medidas apropriadas” Caderno de campo, 04/24), desvelando uma gritante contradição: enquanto os algoritmos dessas plataformas demonstram eficácia incontestável na identificação e punição de supostas violações financeiras por parte das trabalhadoras (como recebimento de pagamentos externos), mostram-se notoriamente omissos quando se trata de coibir agressões racistas. Essa disparidade foi prontamente percebida e criticada pelas profissionais, como evidenciado no áudio de uma das participantes: *“Igual quando um cara tava tentando fazer terror psicológico na minha sala (...) na minha cabeça, eles estão dizendo 'não vamos fazer merda nenhuma’”* (Caderno de campo, julho/2024).

A observação dos mecanismos de controle nas plataformas de *camming* revela uma assimetria estrutural: os mesmos sistemas algorítmicos que atuam com eficácia punitiva no monitoramento financeiro, identificando em minutos supostos desvios como recebimentos externos via PIX (que ameaçam os 50% de comissão da plataforma), mostram-se inertes diante de violências raciais, respondendo a casos como o de Joana com mensagens automáticas e inação. Essa seletividade expõe o que Ruha Benjamin (2020) denuncia como a codificação algorítmica de hierarquias raciais, manifesta também no sistema de *tags*. Apresentadas como meras “etiquetas de identificação”, essas categorias, desde marcadores racializados (“pretas”, “morenas”) até atributos sexualizados (“bunda grande”), operam como tecnologias de classificação que naturalizam desigualdades. Enquanto *tags* associadas a corpos eurocêtricos (“loiras”, “magrinhas”) dominam as primeiras posições (por uso recorrente), categorias como “pretas” ficam relegadas ao final da lista. Se, por um lado, o algoritmo age com rigor no controle financeiro, por outro, institucionaliza a marginalização através de sistemas como as *tags*, que convertem corpos em categorias de busca. As *tags* exemplificam como tecnologias aparentemente neutras reproduzem lógicas coloniais de classificação, onde a autonegação racial torna-se condição para a sobrevivência profissional. A seguir um trecho do diálogo que debate as *tags*:

Gisele - A proposta das tags já tinha me irritado porque é nichar as modelos de uma forma igual aos filmes pornôs, não me sinto confortável a ser reduzida a uma característica física minha, acho péssimo, principalmente enquanto mulher negra, e pra piorar eu nem queria usar tag nenhuma, mas fui obrigada.

Naiara - Eu achei que limitou muito mais as coisas, a procura por loiras/ruivas e magrinhas é absurda, enquanto na aba pretas... tem no máximo 3 ou 4 meninas em chat pago, justamente por não ter tanta procura as meninas nem logam, ficam desanimadas.

Rose - Também acho isso, fiquei assustada, só tinham duas negras em chat pago, eu pensei... Vou botar a tag morena pra não ficar em tanta desvantagem, mas eu não sou morena, sou pretíssima!

Mariana - eu pensei a mesma coisa, coloquei morena mesmo me entendendo como negra. (Caderno de campo, julho de 2024, grifo meu)

O sistema obrigatório de *tags*, apresentado pelas plataformas de *camming* como ferramenta neutra de organização, revela-se na prática um dispositivo de poder que impõe uma dupla violência às trabalhadoras: a distorção identitária e a marginalização econômica racializada. Ao forçar a autoenquadramento em categorias pré-determinadas, desde marcadores físicos reducionistas (“bunda grande”, “pretas”) até nichos performáticos artificiais (“geek”), as plataformas convertem corpos em mercadorias catalogáveis, onde a autenticidade cede lugar

à adequação estereotipada, como explicita Naiara ao admitir usar a *tag* “*geek*” sem sê-lo: “só coloquei pra atrair os nerds” (Caderno de campo, julho/2024). Essa lógica, que Gisele denuncia como objetificação “igual aos filmes pornôs” (Caderno de campo, julho/2024), opera uma hierarquização algorítmica perversa: *tags* associadas a corpos brancos e magros (“loiras”, “*fitness*”) ocupam as primeiras posições pelo volume de buscas, enquanto categorias racializadas (“pretas”) condenam as profissionais à invisibilidade, cenário que força estratégias de camuflagem, como Rose, “pretíssima”, que adota “morena” para evitar a “desvantagem” (Caderno de campo, julho/2024). A suposta liberdade de escolha máscara assim um determinismo tecnológico que naturaliza desigualdades históricas, transformando preferências culturais em dados aparentemente objetivos.

Essa arquitetura de classificação gera um triplo efeito estrutural: primeiro, a erosão da agência profissional, ao submeter identidades complexas a taxonomias redutoras; segundo, a cristalização de assimetrias econômicas, onde a visibilidade e conseqüentemente os ganhos, tornam-se função do alinhamento a padrões eurocêtricos; e terceiro, a naturalização da violência epistêmica, que obriga trabalhadoras negras a negociarem publicamente sua autoimagem em termos racialmente estigmatizados. Contudo, as críticas articuladas pelas próprias *cammodels*, desde a rejeição de Gisele à redução de seu corpo a “características físicas” até a astúcia estratégica de Naiara, revelam formas cotidianas de resistência à biopolítica algorítmica. Tais narrativas expõem a contradição fundamental dessas plataformas: ao mesmo tempo que instrumentalizam a hiperespecificação identitária como recurso mercadológico, falham em proteger as trabalhadoras das violências que seu próprio sistema de categorização ajuda a perpetuar, evidenciando que o racismo no *camming* não é uma falha operacional, mas um pilar de seu modelo de negócios.

As trabalhadoras revelam através de seus relatos a crônica sub-representação de modelos negras no Câmera Privê, evidenciando disparidades estruturais na visibilidade e procura por esses corpos. Como aponta Dandara, trabalhadora negra de 23 anos do Rio de Janeiro: “*Entro no site e quase não vejo modelo preta, quase não vejo mesmo. Tipo assim, tem muito menos, não tem modelo preta na página principal*” (Caderno de campo, julho de 2024). Essa percepção é corroborada pela observação direta da desproporção no número de modelos disponíveis em diferentes *tags*, enquanto categorias como “loira” e “magrinha” apresentam maior volume, a *tag* “preta” mostra-se escassa, com poucas profissionais online.

A fala de Dandara ainda explicita outro aspecto crucial: “É muito mais difícil ter procura para esse tipo de chat de conexão emocional comigo do que com uma menina branca, loira” (Caderno de campo, julho de 2024), demonstrando como a racialização dos corpos afeta até mesmo as estratégias de trabalho não diretamente vinculadas à sexualização. A análise das mensagens demonstra que essa desigualdade não é acidental, mas produto de sistemas de classificação que priorizam determinados padrões físicos. Como observam as próprias trabalhadoras, a separação de perfis por características físicas no site reforça estereótipos e limita as possibilidades de atuação para modelos negras. Dandara sintetiza essa percepção ao afirmar: “*Nichar de uma forma tão específica assim é complicado (...) é triste! Acho que é uma coisa bem desproporcional*” (Caderno de campo, julho de 2024). Essa realidade encontra respaldo teórico em Caminhas (2022), cujos estudos comprovam que plataformas de *camming* utilizam sistemas algorítmicos que privilegiam mulheres jovens, brancas e cisgêneras, criando condi-

ções desiguais de trabalho. Como consequência, verifica-se não apenas menor visibilidade para as modelos negras, mas também redução em seu potencial de ganhos, configurando uma forma de racismo estrutural que se manifesta através do design e das funcionalidades das próprias plataformas digitais.

Hipersexualização e desvalorização do corpo negro

O predomínio de modelos loiras, esguias e com traços considerados “padrão” nas plataformas de *camming* reflete a internalização de um ideal de beleza eurocêntrico que opera como tecnologia de exclusão racializada. Essa hierarquia estética, longe de ser meramente superficial, produz efeitos concretos na subjetividade das trabalhadoras negras: a constante discriminação e a ausência de representatividade minam sistematicamente sua autoestima e motivação profissional, como evidenciam os relatos analisados.

No âmbito da economia sexual, essa dinâmica revela o paradoxo central da hipersexualização racializada: se todos os corpos são mercantilizados através das lentes do gênero, raça e classe, o corpo feminino negro ocupa uma posição particularmente desvalorizada (MILLER-YOUNG, 2010). Como demonstra a autora, a raça constitui uma matriz de poder que estrutura não apenas as representações visuais, mas toda a arquitetura relacional da indústria do entretenimento adulto, relegando as mulheres negras aos estratos mais marginalizados do mercado sexual digital.

A análise de Kempadoo (1998) sobre as economias raciais globais do desejo revela como o trabalho sexual se configura como estratégia vital para mulheres em contextos de precariedade - realidade que Miller-Young (2010) teoriza através do conceito de “economia erótica ilegal”. Esse quadro analítico ilumina as contradições inerentes à experiência das *cammodels* negras: por um lado, elas mobilizam seu capital sexual como recurso estratégico para navegar uma economia política excludente, aproveitando a relativa flexibilidade e rentabilidade do trabalho sexual para garantir autossustento; por outro, enfrentam os perigos duplos do estigma social e da marginalização algorítmica.

Como demonstra a pesquisa de Miller-Young (2010), mesmo quando conseguem converter seus talentos sexuais em fontes de renda e prazer, essas trabalhadoras permanecem enredadas nas mesmas estruturas de poder que as confinam aos estratos mais precários do mercado - paradoxo que expõe os limites da agência individual frente às desigualdades estruturais que moldam a economia sexual contemporânea.

A indústria do sexo consolida padrões discriminatórios que relegam corpos negros a posições subalternas, tanto no pornô mainstream quanto no *camming*. Como demonstra Miller-Young (2010), as performers negras são menos contratadas e recebem entre metade e três quartos do salário de colegas brancas, sendo confinadas a nichos como o pornô inter-racial. No cenário brasileiro do *camming*, embora faltem estudos específicos sobre disparidades salariais, as pesquisas de Jones (2010) confirmam a tendência global de desvalorização de corpos racializados. Essa lógica se materializa nas interações cotidianas, como no relato de uma modelo: “Tem uma modelo branca com o mesmo nome que o meu, um cara já entrou na minha sala pra dizer que ela tinha 'perfil de intelectual’” (Caderno de campo, 2024). A fala expõe como o racismo opera na atribuição desigual de valor simbólico e econômico, mesmo quando habilidades profissionais são equivalentes.

As trabalhadoras negras desenvolvem táticas complexas para navegar esse mercado marcado por estereótipos. Jussara relata a dualidade de tratamento: “com cabelo liso faço estilo namoradinha, mas com meu cabelo natural cacheado sou uma bonitinha ordinária” (Caderno de campo, 2024). Já Cléo adota perucas lisas para alterar seu perfil de clientes, observando que “passa a imagem de PRETA pros usuários” (Caderno de campo, 2024). Essas estratégias revelam o paradoxo identificado por Miller-Young (2010): a hipersexualização racializada pode ser simultaneamente fonte de marginalização e ferramenta de agência, ainda que dentro de limites estreitos. Cris explicita esse jogo de aparências ao descrever como ajustes de figurino e iluminação (“que me deixa com a pele mais clara”) impactam diretamente seu tráfego (Caderno de campo, 2024), demonstrando como o racismo algorítmico exige constante performatividade adaptativa.

O contraste com experiências de modelos brancas como Paula – que relata receber elogios fetichizados: “Nossa você é tão branquinha! Eu amo mulher assim” sem sofrer discriminação aberta (Caderno de campo, 2024) –, expõe os privilégios raciais intrínsecos à economia sexual. Essa divisão racial do trabalho é reforçada por hierarquias de classe, como evidenciado no grupo elitizado analisado. A fala do cliente de Melissa que critica modelos por suposta falta de sofisticação (“os quartos parecem cativoiro de tanta maloca”) revela como o classismo se entrelaça ao racismo: a noção de “qualidade” é codificada em termos raciais e socioeconômicos, privilegiando performers que performam uma estética de classe média alta (Caderno de campo, junho/2024). Conforme Ramalho (2025), esse julgamento ecoa treinamentos profissionais que orientam a construção de personagens com “ideia de riqueza e sofisticação”, indicando como as plataformas naturalizam padrões excludentes. A análise conjunta dos grupos revela como raça, classe e gênero se articulam na produção de desigualdades no *camming*. Se as trabalhadoras negras enfrentam barreiras adicionais para construir conexões emocionais, como destaca Cléo: “é MUITO mais difícil quando eu performo a minha negritude” (Caderno de campo, 2024), as profissionais brancas de classes privilegiadas acessam circuitos mais lucrativos. No entanto, mesmo nesses espaços, como mostra o relato de Melissa, a pressão para se adequar a padrões de respeitabilidade (“modelos diferenciadas”) perpetua lógicas excludentes. Essas dinâmicas confirmam a tese de Jones (2020) sobre como o capital erótico é racializado, criando circuitos segregados dentro da economia sexual digital. A persistência de estratégias coletivas de acolhimento - como o apoio entre as modelos nos grupos sugere, contudo, possibilidades de resistência a essas estruturas.

O exame das dinâmicas do trabalho sexual digital exige uma abordagem interseccional que considere como raça, classe e gênero se articulam para produzir formas combinadas de opressão. No contexto do *camming*, iniciativas aparentemente neutras como treinamentos para desenvolver conexão emocional com clientes esbarram em barreiras estruturais quando aplicadas a modelos negras. Enquanto profissionais brancas podem colher os frutos dessas estratégias, as trabalhadoras negras enfrentam a tirania dos estereótipos raciais (“vibe periferia”, “cativoiro de maloca”) que as confinam a representações unidimensionais.

Essa assimetria não é acidental, mas produto de um racismo institucional que, como demonstra o caso do Câmera Privê analisado nesta etnografia, se manifesta tanto nas interações com clientes quanto nas próprias arquiteturas das plataformas. O resultado é paradoxal: habilidades comprovadas de comunicação emocional são sistematicamente desvalorizadas quando performadas por corpos racializados, evidenciando como o capital afetivo também é racialmente estratificado.

O conceito de “empreendedorismo de si” (ROSE, 1996), tão caro à retórica das plataformas digitais, revela-se profundamente limitado quando confrontado com as realidades do *camming* racializado. Se por um lado a autogestão e o aprimoramento de habilidades são apresentados como caminhos para o sucesso, por outro, a combinação de racismo e classismo cria um campo minado onde modelos negras: (a) têm acesso precário a equipamentos de qualidade e conexões estáveis; (b) enfrentam dificuldades para ingressar em redes profissionais elitizadas; e (c) são pressionada a investir em estratégias de branqueamento estético para alcançar visibilidade. Como demonstram os relatos das participantes, mesmo quando adotam todas as “boas práticas” recomendadas pelos cursos de formação, esbarram em tetos raciais de vidro que limitam sua ascensão profissional. Essa realidade desnuda os limites das soluções individuais para problemas estruturais, nenhum treinamento em conexão emocional pode, por si só, desmontar séculos de imaginário colonial que associam corpos negros a sexualidade disponível e intelecto ausente. A marginalização das *camgirls* negras não se explica apenas por preferências individuais de clientes, mas por sistemas técnicos que codificam e amplificam vieses raciais.

As plataformas de *camming*, ao mesmo tempo que promovem discursos de empoderamento feminino, desenvolvem algoritmos que: (1) priorizam a moderação de condutas que ameacem seus lucros (como recebimentos externos), enquanto negligenciam a violência racial; (2) reproduzem hierarquias estéticas através de sistemas de *tags* e recomendações que privilegiam corpos brancos; e (3) naturalizam a baixa visibilidade de modelos negras como resultado de “preferências de mercado”, em vez de reconhecer seu papel ativo em moldar essas preferências. Essa arquitetura técnica, analisada à luz dos estudos de Benjamin (2020) sobre racismo algorítmico, opera como um mecanismo de manutenção do status quo, onde a suposta neutralidade das plataformas serve de alibi para a perpetuação de desigualdades.

O resultado é um ambiente onde, como apontam as participantes, “performar a negritude” torna-se obstáculo profissional, exigindo das trabalhadoras negras um duplo trabalho constante de gestão da imagem e superação de barreiras sistêmicas. Combater a discriminação no *camming* exige ir além de soluções paliativas e enfrentar as estruturas que produzem desigualdade. Isso implica: (a) desenvolver mecanismos de moderação que identifiquem e punam não apenas violações financeiras, mas também agressões racistas; (b) reestruturar sistemas de recomendação para evitar a reprodução automática de hierarquias raciais; (c) criar programas de capacitação que considerem as especificidades das trabalhadoras negras; e (d) estabelecer cotas de visibilidade que garantam a representação diversificada nas páginas principais das plataformas. Essas medidas, porém, só terão eficácia se acompanhadas de uma mudança cultural mais ampla - tanto entre os usuários quanto nos próprios espaços de formação de *camgirls*, que questione os padrões eurocêntricos de desejo e valor profissional. Como demonstram os dados desta pesquisa, a transformação real exigirá não apenas ajustes técnicos, mas o rompimento com a lógica que trata a diversidade como acessório e não como fundamento ético. A experiência das *camgirls* negras brasileiras, assim, não apenas expõe as contradições do *camming* contemporâneo, mas aponta caminhos para sua reinvenção como espaço verdadeiramente inclusivo.

Considerações finais

A construção de vínculos emocionais no *camming* mostra-se uma estratégia lucrativa. Clientes ocasionais podem se tornar frequentadores assíduos quando sentem que estabelecem conexões afetivas, o que resulta em maior investimento de tempo e recursos. Contudo, essa estratégia opera em meio a profundas desigualdades estruturais, atravessadas pela história da racialização.

Apesar de sua aparência moderna, o mercado do *camming* reproduz hierarquias coloniais antigas. Para as mulheres negras, isso se traduz em um duplo constrangimento: de um lado, a pressão para performar estereótipos hipersexualizados; de outro, a exclusão dos espaços onde prevalece o prestígio associado a vínculos emocionais mais valorizados. Como aponta Fanon (2008), o corpo negro funciona como um “campo de projeção” para fantasias coloniais. No *camming*, isso significa ser simultaneamente fetichizada e marginalizada.

O capitalismo de plataforma reforça essas assimetrias. Algoritmos que regulam a visibilidade priorizam quem já é popular, perpetuando padrões eurocêntricos. Dessa forma, performers brancas recebem maior destaque, atraem mais clientes e são ainda mais promovidas. Em contrapartida, mulheres negras enfrentam a chamada “invisibilidade algorítmica”, onde sua pouca visibilidade inicial é interpretada como falta de apelo, legitimando sua exclusão contínua. A suposta ausência de demanda por corpos negros, portanto, é efeito de um design tecnológico excludente.

As narrativas etnográficas (Ramalho, 2025) mostram que construir conexões autênticas exige um *trabalho emocional sofisticado*: lembrar detalhes pessoais de clientes, criar rituais de intimidade ou até acompanhá-los em momentos de descanso. Mas esse esforço não é igual para todas. Enquanto algumas performers podem cultivar relações multifacetadas, mulheres negras encontram barreiras que reduzem suas atuações a estereótipos raciais. Essa limitação impacta diretamente sua monetização. O paradoxo é cruel: justamente as habilidades mais valorizadas no mercado, conexões duradouras e afetivas, tornam-se as menos acessíveis para elas.

Esse cenário revela a contradição entre a *hipersexualização* dos corpos negros e sua *desvalorização econômica*. A exposição intensa não gera vantagem competitiva; ao contrário, reforça mecanismos de contenção que restringem o acesso às faixas mais lucrativas do mercado. Mesmo quando estabelecem vínculos significativos, esses raramente recebem o mesmo reconhecimento atribuído às colegas brancas. Como argumenta Hakim (2012), se todos os corpos podem ser mercantilizados, o valor atribuído varia de acordo com marcadores raciais.

Diante disso, as *camgirls* negras desenvolvem estratégias criativas para enfrentar tais exclusões. Algumas utilizam *tags* que suavizam referências raciais, outras elaboram personas híbridas que equilibram sexualidade e intelectualidade. Essas práticas demonstram uma consciência aguda dos mecanismos discriminatórios em jogo. Porém, têm alto custo psicológico, o que Cléo descreveu como a “dificuldade de performar a negritude” no trabalho emocional. Apesar dos obstáculos, muitas encontram caminhos de resistência. Criam redes de apoio, compartilham experiências e elaboram estilos performáticos que desafiam expectativas racistas. Ainda que não alterem a estrutura do sistema, essas ações ampliam margens de autonomia e reconhecimento, mesmo dentro de limites estreitos.

Transformar essa realidade exige intervenções em múltiplos níveis. No plano técnico, é urgente o desenvolvimento de algoritmos que não apenas evitem a reprodução de vieses raciais, mas ativamente promovam a diversidade de corpos e performances. No plano econômico, as plataformas precisam criar mecanismos de remuneração que não penalizem profissionais fora do padrão hegemônico. E no plano cultural, é fundamental fomentar espaços de formação e discussão que preparem as trabalhadoras para enfrentar o racismo estrutural sem recair em estratégias individuais de branqueamento ou auto-exotização. Essas medidas, porém, só alcançarão plena eficácia se acompanhadas de uma ampla mobilização política que inclua as próprias *camgirls* no desenho das soluções. A experiência das profissionais negras no *camming* brasileiro, ao expor as entranhas racistas da economia digital, oferece insights preciosos para essa transformação desde que exista disposição para ouvi-las.

Recebido em 1 de maio de 2025.

Aprovado em 30 de agosto de 2025.

Referências

BENJAMIN, Ruha. “Retomando nosso fôlego: estudos de ciência e tecnologia, teoria racial crítica e a imaginação carcerária”. In: SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

BLEAKLEY, P. 500 tokens to go private: camgirls, cybersex and feminist entrepreneurship. *Sexuality & Culture*, 8 (4): 892-910, 2014.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira. *Webcamming erótico comercial no contexto brasileiro: organização, estruturação e dinâmicas internas*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 2020.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira. The politics of algorithmic rank systems in the Brazilian erotic webcam industry. *Porn Studies*, 10 (2): 174-190, 2022.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira. Precarity revisited: exploring camming work in Brazil and experiences of precarity in platform-based (erotic) content production. *International Journal of Cultural Studies*, 28 (1): 116-132, 2025.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira. Reconhecimento em dirty works: a gestão do estigma no trabalho sexual. *Dados*, 68 (2), 2025.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira. Os mercados erótico-sexuais em plataformas digitais: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2023.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira. A indústria erótica de webcam no Brasil: disputas e contenciosos morais. *Sociologia & Antropologia*, 14: e220043, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. The sexual politics of black womanhood. *Cahiers du Genre*, 2002.

DAL'ORTO, C. C. *Crítica da razão pornográfica: a economia do gozo no universo do camming*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal da Bahia, 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HAKIM, Catherine. *Capital erótico: pessoas atraentes são mais bem-sucedidas. A ciência garante*. Rio de Janeiro: Best Business, 2012.

HAM, Julie. Hypersexualisation and racialised erotic capital in sex work. *Culture, Health & Sexuality*, X: 1-15, 2024

HAMMOND, Natalie; KINGSTON, Sarah. Experiencing stigma as sex work researchers in professional and personal lives. *Sexualities*, 17 (3): 329-347, 2014.

HINE, Christine. *Virtual ethnography*. London: Sage, 2000. In: *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. London: Bloomsbury, 2015.

ILLOUZ, Eva. *Intimidades congeladas: as emoções no capitalismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

JONES, Angela. *Camming: dinheiro, poder e prazer na indústria do trabalho sexual*. New York: NYU Press, 2020.

JONES, Angela. For black models scroll down: webcam modeling and the racialization of erotic labor. *Sexuality & Culture*, 19: 776-99, 2015.

JONES, Angela. I get paid to have orgasms: adult webcam models' negotiations of pleasure and danger. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 42 (1): 227-256, 2016.

KAPLAN, Dana; ILLOUZ, Eva. *What is sexual capital?* Cambridge: Polity Press, 2022.

KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo (orgs.). *Global sex workers: rights, resistance, and redefinition*. London: Routledge, 1998.

MILLER, Daniel. "Social networking sites". In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs.). *Digital anthropology*. London: Berg, 2012. pp. 146-64.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. The digital and the human: a prospectus for digital anthropology. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs.). *Digital anthropology*. London: Berg, 2012. pp. 3-38.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The internet: an ethnographic approach*. Oxford: Berg, 2000.

MILLER-YOUNG, Mireille. Putting hypersexuality to work: black women and illicit eroticism in pornography. *Sexualities*, 13 (2): 219-235, 2010.

PARREIRAS, C.; LINS, B.; FREITAS, E. Estratégias para pensar o digital. *Cader-nos de Campo*, 29 (2), 2020.

PARREIRAS, C. *Altporn, corpos, categorias, espaços e redes: um estudo etnográfico sobre pornografia online*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 2015.

PARREIRAS, C. Etnografia e uso de plataformas digitais: aprendendo com o WhatsApp. *Novos Debates*, 10 (1): e101011, 2024.

RAMALHO, Núbia Sena dos Santos. *Camgirls: afetos, raça e classe*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, 2025.

VOLUME 13
NÚMERO 33
(SET./DEZ. 2026)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS
DOSSIÊ TEMÁTICO:

**ETNOGRAFIA, ESCRITA DE SI
E ESCRITA ENTRE OS SEUS:
EXPERIMENTAÇÕES,
DESAFIOS
E POTENCIALIDADES**

COORDENADORXS:
DR. DR. LEANDRO DE OLIVEIRA (UFMG)
DR. DR. FELIPE TUXÁ SOTTO MAIOR CRUZ (UFBA)

**PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE JULHO
DE 2026**

A Antropologia, desde sua institucionalização como disciplina, foi marcada por um viés coletivista/objetivista, priorizando noções como cultura, sociedade, estrutura e totalidade em detrimento de uma atenção à subjetividade, ao "biográfico" e à experiência pessoal. Nos anos 1970 surgem etnografias em que a/o antropóloga/o se constrói como personagem ativa no texto, tanto na interação com interlocutores quanto em uma explicitação seletiva de aspectos de sua trajetória e vida pessoais (articulada a posicionamentos político-epistemológicos). Esta antropologia reflexiva é coetânea à formação de pesquisadoras/es oriundas/os de comunidades tradicionalmente estudadas por antropólogos/os, que também recorrem a uma escrita de si em suas etnografias, dando ênfase a pertencimentos coletivos mais que a um exame da própria interioridade. Tais abordagens, por vezes rotuladas em bloco como autoantropologia ou autoetnografia, já foram alvo de suspeição por seu suposto individualismo e por seu distanciamento do ideal cientificista clássico. Não obstante, contribuem para a crítica ao presente etnográfico e autoridade etnográfica, e a reflexão sobre aspectos ético-políticos da pesquisa - contribuindo, nos termos de Donna Haraway, para a proliferação de "saberes localizados". A recente e crescente ocupação de espaços acadêmicos por pessoas negras, indígenas, transexuais e outros grupos minoritários tem potencializado a produção de pesquisas etnográficas por pesquisadores vinculados a estes grupos e categorias, que não somente falam sobre suas próprias experiências e comunidades, mas também tem atuado ativamente na denúncia e visibilização da branquitude, da cisgeneridade e das formas de letalidade e epistemicídio que estas direta ou indiretamente promovem. O dossiê pretende, simultaneamente, oferecer espaço para estas perspectivas antropológicas emergentes e um panorama da produção afinada com estas problemáticas.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso

33